

Os “guardiões da História Oficial”: o IHGB e a consolidação da Nação

Ana Priscila de Sousa Sá¹

Resumo: No Brasil do século XIX, a existência de uma História Nacional que buscasse amalgamar a todos e construísse uma identidade comum para a jovem Nação brasileira, era tida como *conditio sine qua non* para a própria formação da Nação. Uma História com atestado de veracidade definido pela escrita, esta feita a partir de uma instituição idealizada e criada com o compromisso de escrever uma narrativa sobre um passado digno de orgulho. Dentro desse contexto, e ainda em meio às turbulências do período Regencial, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “Debaixo da imediata proteção de S.M.I.”, o IHGB incumbiu-se de ser não apenas o “guardião da nossa História oficial”, mas também a “Casa da Memória Nacional”.

Palavras-chave: IHGB, Nação, Império do Brasil, Historiografia, História “oficial”

Abstract: In nineteenth-century Brazil, the existence of a National History that sought to amalgamate all and build a common identity for the young Brazilian Nation was regarded as *conditio sine qua non* for the very formation of the Nation. A History with a certificate of total veracity defined by writing, is made from an idealized institution and created with the commitment to write a narrative about a past worthy of pride. Within this context, and even in the midst of the turmoil of the Regencial period, the Brazilian Historical and Geographical Institute was created. “Under the immediate protection of S.M.I.,” the IHGB was charged with being not only the “guardian of our Official History”, but also the “House of National Memory”.

Keywords: IHGB, Nation, Empire of Brazil, Historiography, “Official” History

The “guardians of the Official History”: the IHGB and the consolidation of the Nation

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Bolsista CAPES. E-mail: priscilareds@hotmail.com

Por que era preciso “inventar” a Nação brasileira?

“[...] colligir e methodisar os documentos historicos e geográficos interessantes à historia do Brazil” (BARBOZA; MATTOS, 1839. p. 06.), eis o objetivo da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nas palavras de dois de seus sócios-fundadores, o marechal Raimundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barboza. No entanto, não parece ser exagero dizer que o ato de coligir e metodizar tais documentos, nesse período crucial da História do Brasil, poderia ser considerado mais um meio do que propriamente um fim. Menos ainda um fim em si mesmo. A elite política e intelectual² que se pôs à frente da criação do IHGB, em 1838, tinha um grande compromisso: o de auxiliar na construção e consolidação da Nação brasileira.

Tal empreendimento não seria fácil, dada a própria configuração do Estado brasileiro no momento em questão. Quando figuras como Barboza e Cunha Mattos, ambos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)³, propuseram a fundação de um Instituto Histórico, o Brasil ainda vivia sob a administração regencial e todas as suas dificuldades em manter a “ordem” e a unidade nacionais, num ambiente de revoltas provinciais, inclusive dotadas de caráter separatista. Algo impensável do ponto de vista político-administrativo que tanto prezava pela integridade territorial da Nação, marca indelével do século XIX brasileiro.

Como “laboratório da nação”, a “era regencial”, nas expressões de Marcello Basile (2009, p. 97-98), constituiu um momento crucial no processo de edificação da Nação brasileira. As “guerras de opiniões”, os antagonismos doutrinários, em suma, as rivalidades existentes entre os diferentes projetos, defendidos pelos diferentes grupos políticos que se formaram, tinham um compromisso que suplantava os conflitos: o de construir a pátria. Este fator era, inclusive, a justificativa apresentada para a defesa dos seus projetos.

² No grupo dos 27 sócios que se reuniram para fundar o IHGB figuravam nomes aparentemente desvinculados do cenário político nacional como médicos, professores e funcionários públicos; mas também personalidades cuja trajetória política se confunde com a própria História do Império do Brasil. Entre eles: Cândido José de Araújo Vianna; Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho; Francisco Gê de Acaiaba Montezuma; José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo); além de Raimundo José da Cunha Mattos e Januário da Cunha Barboza.

³ Antes de ter seu próprio prédio, inaugurado em 1849 no Paço da Cidade/RJ, o IHGB funcionou provisoriamente nas instalações cedidas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). A SAIN foi criada em 1827 com a proposta de incentivar o progresso e o desenvolvimento do Brasil. Como o IHGB, a SAIN objetivava integrar as regiões brasileiras de modo a construir a ideia de uma totalidade “Brasil”. Sobre esse assunto ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

Nesse sentido, o IHGB trouxe em seu bojo o que Nilo Odália (1997, p. 31) classificou como o traço predominante do pensamento oitocentista brasileiro, a tarefa de “construir uma nação com o material que nos foi legado por um passado colonial que não pode ser esquecido nem abominado, pois dele resultam nossas condições de sobrevivência”; o que elucida o fato de grande parte dos trabalhos produzidos pelo Instituto e publicados pela sua Revista Trimensal nos primeiros anos de atividades serem relativos à História Colonial. Se o Brasil iniciou sua História como Colônia nada mais “apropriado” que se fossem buscar suas raízes no período anterior à proclamação da Independência, no seio da “mãe-pátria”. As raízes brasileiras dentro da colonização portuguesa.

A incumbência de “inventar” a Nação brasileira, pelo menos discursivamente, inscrevia-se num contexto de difusão de ideias inspiradas no Iluminismo europeu como ordem, progresso e civilização. Todas elas estavam condicionadas à existência de um Estado que assumisse o papel de uma espécie de tutor da sociedade, daí as elites dirigentes do final da primeira metade dos oitocentos se apresentarem tão preocupadas em efetivar uma política de centralização do poder administrativo para rechaçar o caos, segundo elas, provocado pela experiência descentralizadora levada a efeito pelo governo regencial. Civilizar significava, então, “estender o raio de ação da autoridade, [...] generalizar o princípio da ordem” (FERREIRA, 1999, p. 129).

Para Arno Wehling (1999, p. 35-36), a fundação do Instituto Histórico estava relacionada às condições políticas dominantes no período, marcado pela afirmação conservadora e pela defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo; pois tanto a ação da elite política “regressista”, quanto a postura apresentada nos trabalhos do IHGB, tenderam a reafirmar a autoridade central e a defender a monarquia constitucional e o sistema unitário como ideais para o Brasil, bem como importantes meios para a consolidação do ideal nacional.

A historiografia perpetrada pelo IHGB encontrava-se intimamente ligada ao Estado e à questão nacional. Juntos, o Estado Imperial e os intelectuais do Instituto Histórico seriam capazes de escrever a História e também a Memória Nacionais, ajudar ou forjar a existência de uma consciência nacional e a partir daí construir a Nação brasileira. Neste aspecto, relacionado à formação de uma consciência/identidade nacional, o pensamento oitocentista brasileiro vai ao encontro da tese postulada por Eric Hobsbawm (1990, p. 19-35) quando afirma que “[...] o nacionalismo vem antes das nações. As Nações não formam os Estados e o nacionalismo, mas sim o oposto”. A Nação brasileira seria, então, uma Nação verticalizada,

criada através do mecanismo estatal, pois “para os governos, o item central na equação Estado = nação = povo era plenamente, o Estado”.

Tais aspectos ratificam o que Eric Hobsbawm (2012, 127-128) explicita quando coloca que

[...] na era da construção de nações acreditava-se que isso implicava a lógica necessária assim como a desejada transformação de “nações” em Estados-nações soberanos, com um território coerente, definido pela área ocupada pelos membros da “nação”, que por sua vez era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a língua.

Na concepção do historiador, a própria “Nação” é um fenômeno moderno que só adquire status de entidade social “quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação”, não fazendo sentido se “discutir nação e nacionalismo fora desta relação” (1990, p. 19); o mesmo Estado-Nação que, enquanto representação política, “implica o fato de que as populações que constituem uma sociedade no mesmo território reconhecem-se como pertencentes essencialmente a um poder soberano que emana delas e que as expressa” (CHÂTELET, 1985, p. 85).

No centro dessa discussão, Norberto Bobbio (1998) esclarece que o Estado Nacional gera o nacionalismo, a ideologia unificadora e elaborada intencionalmente para garantir a coesão dos indivíduos dentro do Estado; na medida em que suas estruturas de poder, tanto burocráticas quanto centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que objetiva fazer a fusão entre o Estado e a Nação, tornando a ideia de Nação uma imagem mítica que dá aos indivíduos a representação da ideia de que o Estado pertence ao povo. Desse modo,

a Nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a ideia de Nação suscita e mantém. A função da ideia de Nação [...], é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado. (BOBBIO, 1998, p. 797-800)

Se a Nação é a ideologia de um tipo do Estado, no caso brasileiro em meados do século XIX seria de um Estado centralizado, e neste contexto, Khaled Jr. (2010, p. 47) ainda acrescenta que tudo partia de uma questão de prioridades, pois, apesar do progresso ser muito cobiçado pelas elites oitocentistas, o Estado Nacional Brasileiro estava comprometido não só com a necessidade de manutenção do território, mas também com a manutenção do status quo no país. Em outras palavras, a construção da Nação passava pela ideia da construção da

ordem, esta compreendida como respeito à hierarquização social, o que leva a entender que a Nação seria “inventada” conforme interesses políticos bem definidos.

O propósito de se dar uma historiografia para o Brasil pode ser incluída como parte do que Hobsbawm (1990, p. 49) classificou como sendo os critérios básicos para que um país fosse considerado uma Nação, desde que seu território fosse suficientemente grande; pelo menos no que se refere às décadas entre 1830 e 1880⁴. Primeiro a “associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável”. Como não possuía um passado medieval, a *associação histórica* do Império do Cruzeiro do Sul se daria com o Estado Português, mais antigo e tido pelos letrados como irradiador da cultura da civilização no recém-independente país.

Não é de se admirar, por exemplo, que o principal pesquisador da História pátria oitocentista, Francisco Adolfo de Varnhagen, defendesse a constituição do Estado Nacional brasileiro como uma continuidade da obra colonizadora portuguesa; fazendo desta a base sobre a qual se assentava seu nacionalismo (LACOMBE, 1967, p. 142). Varnhagen que, como seus colegas do IHGB, preocupava-se com a unidade da Monarquia brasileira em meio à fragmentação das Repúblicas vizinhas, e fazia parte da elite letrada comprometida com a consolidação do Brasil enquanto uma Nação.

O outro critério definido por Hobsbawm que pode ser aplicado ao projeto da elite intelectual brasileira que gravitava ao redor do IHGB, na primeira metade do século XIX, é o da “existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito” (HOBBSAWM, 1990, p. 49). Ex-colônia lusitana, e, mesmo com a clara intenção do IHGB em assumir o empreendimento, de certa forma preencher esse “vazio”; Varnhagen parecia reconhecer no Brasil a inexistência dessa *elite cultural longamente estabelecida*; daí defender a continuidade, no Brasil, da tradição portuguesa. Tal aspecto pode explicar também a razão que fazia da conservação da integridade territorial uma condição indispensável para viabilizar a construção da Nação e da identidade nacional.

Além do mais, se retrocedermos no tempo, lembraremos que a elite cultural “brasileira” era composta basicamente por portugueses e/ou descendentes destes, e essa situação não mudou exatamente de forma total com o passar dos três séculos de colonização e a proclamação da Independência em 1822; a elite imperial era produto desta estrutura social. Em termos de identificação nacional, diferentemente do que ocorria em diversos países, ainda

⁴ Os três critérios para E. Hobsbawm são: associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; a existência de uma elite cultural longamente estabelecida e uma provada capacidade para a conquista. No Brasil, este terceiro critério ficará evidenciado na segunda metade do século XIX quando da eclosão da Guerra do Paraguai.

colônias ou não unificados; o caso brasileiro, com um Estado independente e único, poderia se revelar menos problemático para a gênese dessa consciência nacional. Isso virtualmente funcionaria até certo ponto: quando entra a questão da população.

Com relação à língua imposta pelo colonizador, o português já era há muito a língua oficial do Estado, e embora permanecessem muitos dialetos indígenas, estes eram no máximo tidos como línguas inferiores, selvagens ou bárbaras, que, exceto para efeito de estudo linguístico⁵, não muito seria sentida a falta se desaparecessem completamente.

A elaboração da narrativa nacional dependia, então, de certa conjuntura favorável à sua execução. Era patente também a necessidade de que se houvesse um povo brasileiro, imbuído do sentimento de ser brasileiro. Nesse ponto cabem os questionamentos: quem era de fato o povo brasileiro? Havia um povo brasileiro? E o sentimento de ser brasileiro? Delinear um perfil para a Nação brasileira dotando-a da capacidade de se inserir no conjunto das Nações civilizadas seria particularmente difícil para os políticos e intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A questão era como homogeneizar o heterogêneo, em outras palavras, como transformar uma população composta por brancos, índios e negros, estes, aliás, escravos, num todo compacto, uno e indivisível, caracterizando a soberania da Nação. A “solução” poderia estar na forma como a qual se operou o conceito de Nação e suas aplicações pelos letrados ihgbianos, e que Guimarães (1988, p. 07) assinala da seguinte forma:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de civilização operado é eminentemente restrito aos brancos [...].

Assim, a História empreendida pelo IHGB, além de dar conta de traçar a gênese da Nação brasileira, dando a ela um passado glorioso, deveria também colocar o Brasil como o representante de uma civilização branca e europeia nos trópicos, não havendo, portanto, espaço para os nativos “selvagens”, e menos ainda para os “bárbaros” escravos; exceto se eles se inserissem num projeto civilizatório que, nesse período, atenderia pelo nome de assimilação. Tomando o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen novamente como exemplo, percebe-se em sua obra a síntese do pensamento intelectual da época com

⁵ O IHGB realizou inúmeros trabalhos sobre línguas indígenas buscando compreender por meio delas a cultura e o modo de vida dos nativos brasileiros.

relação à população, síntese essa que corrobora com a ideia exposta nesta fala de Antonio Jorge Siqueira (2003, p. 252):

A nação, a Coroa e o Estado formarão uma unidade estratégica na tessitura histórica desta urdidura do nacional. Os índios e os negros, segundo a elite, por não serem portadores da noção de civilização obviamente ficarão excluídos deste projeto de nação restrito aos brancos.

Fazia parte do projeto de Nação vislumbrado por Varnhagen (1849, p. 01) o branqueamento da população brasileira através da miscigenação e o conseqüente desaparecimento das raças indígena e negra, tidas como inferiores, dentro da superioridade da raça branca europeia, cuja vinda de imigrantes deveria ser estimulada pelo Estado brasileiro, para a conclusão deste processo em até dois séculos. Para Varnhagen, índios e negros eram elementos potencialmente perigosos dentro da sociedade que, caso se rebelassem, poderiam concorrer para a perda da unidade nacional ou mesmo para a dissolução do Estado. Como reforça Siqueira (2003, p. 252), no Brasil “o conceito de nação carrega, desde cedo forte marca de excludência, forjando do “outro” uma imagem profundamente depreciativa que se reproduzirá para além daquele momento histórico”.

Nesse âmbito, faz-se importante ressaltar que Varnhagen, ao defender a constituição de uma Nação branca no Brasil, não intencionava camuflar ou ocultar que o “homem branco brasileiro” seria resultado da fusão das três etnias. Nilo Odália (1997, p. 95-97) ressalta que, no pensamento varnhageniano, as “gradações de sangue” deveriam ser esquecidas, e o branqueamento representaria a consolidação da vitória da civilização branca sobre a selvageria do indígena, e a barbaridade advinda do “erro histórico da escravidão negra”; mas isso não significava dizer que fosse negada a origem “tripartite” desse homem. Cada raça havia contribuído na sua formação, contudo, a superioridade da raça branca se ocuparia de fazer a diluição das “cores”, e compor uma sociedade branca e europeia.

Então, o Brasil tinha um território extenso e uma língua comum; mas tinha também uma população que nem de longe podia ser considerada homogênea, e a ausência de uma História Nacional, de modo oficial. Estes eram “problemas” para os quais as elites dirigentes e intelectuais estavam empenhadas em encontrar uma “solução”.

“Como se deve escrever a História do Brasil”: o uso da História para a construção da nacionalidade e a civilização do Império

“*Magistra vitae*”. É citando a denominação dada pelo pensador romano Cícero que Varnhagen e os demais intelectuais ligados ao IHGB se referem à História. A História como “mestra da vida” fazia parte da concepção da elite letrada imperial dos idos do século XIX, para aspectos tanto nacionalistas, quanto de caráter civilizatório para a Nação em construção. Para homens como Francisco Adolfo de Varnhagen e Januário da Cunha Barboza, a História tinha muito o que ensinar; e eles muito o que aprenderem com ela.

Olhar para o passado era uma forma de explicar o presente e construir o futuro. No discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o seu secretário perpétuo, Januário da Cunha Barboza, ao enfatizar a importância da fundação da instituição e do seu propósito, afirma que não se pode duvidar que “as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela história”, e lamentando a falta que se fazia até então de uma associação que se preocupasse em dar a devida notoriedade aos fatos nacionais e brasileiros ilustres, que contribuíram para o engrandecimento do país; aplaude a criação do IHGB, em especial, por uma de suas grandes missões: a de “salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos [...], pela glória nacional [...]” (BARBOZA, 1839, p. 10-13).

O fomento à escrita da História pátria levou o IHGB a realizar concursos de monografias e dissertações sobre o tema. O texto, escrito em 1843 e premiado quatro anos depois, foi o de Karl Friedrich Phillip von Martius, intitulado “Como se deve escrever a História do Brasil”. Da mesma forma que Cunha Barboza, Martius entendia que o conhecimento histórico e a correta interpretação da História brasileira permitiriam a previsibilidade do futuro do país, já que contribuiriam para o melhoramento da realidade social e também para o esclarecimento da sociedade como um todo.

Na dissertação, Martius (1845, p. 382) aponta que para se escrever a História do Brasil, “paiz que tanto promete”, não se pode perder de vista que:

[...] elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular tres raças a saber: a de côr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular.

Dessa forma, o trabalho do historiador bávaro definiu as linhas mestras de um projeto historiográfico que visava garantir uma identidade à Nação em construção, identidade esta que estaria assegurada caso o historiador brasileiro soubesse entender a missão específica reservada ao Brasil: a de realizar a ideia de mescla das três raças. Em boa parte essa interpretação continuou a influenciar os trabalhos realizados pelo Instituto.

A História empreendida pelo IHGB, e para ilustrar, retomando o trecho do “Discurso” de Cunha Barbosa mencionado anteriormente, visava *salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da patria, e os nomes de seus melhores filhos*. E, nesse âmbito, os “guardiões do tribunal da posteridade” legavam muito respeito e admiração aos *mortos ilustres*, como é possível perceber nessa fala de 1848 do orador da academia, Manoel de Araujo Porto-Alegre (1848, p. 219):

De todas as oblações consagradas ao homem, [...] são sem dúvida as mais nobres, e as que entram no domínio do heroísmo, as honras conferidas aos mortos. Um povo se retrata todo inteiro nas honras que conferem aos mortos ilustres. [...] As nações que entregam ao vento as cinzas dos seus benemeritos, não tem futuro: são raças barbarisadas [...].

A mesma importância Araujo Porto-Alegre (1848, p. 222) dava à História, considerando-a imprescindível para a formação do “povo” e da Nação, visto que “o povo [...] que olha para a historia como uma palavra morta, [...] não é ainda um povo”; e em artigo do ano seguinte arremata afirmando que:

As nações que conquistam uma parte do que pertence ao futuro, e que d’est’arte encurtam os tempos e apressam as recompensas, são verdadeiramente civilisadas: o homem ou o povo que procrastina a justiça, e que deixa ao futuro o remate de uma boa obra, que estava em seu poder acabar, engana-se a si mesmo, e nunca attinge aquelle grau de perfectibilidade, que lhe é dado, e para o qual deve marchar sem parar. (PORTO-ALEGRE, 1849, p. 556).

A grande marcha para o progresso e a civilização, para os quais o Império do Brasil caminharia inevitavelmente sob os auspícios da Providência, não poderia ser interrompida. A escrita da História do país tinha também o objetivo de construir a galeria dos heróis nacionais. E quem melhor que os grandes personagens, “heróis” nacionais, para serem os baluartes desse desenvolvimento? Como lembrou Ernest Renan (1997, p. 173), “o culto dos ancestrais é entre todos o mais legítimo: os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heroico de homens e de glória [...] – eis aí o capital sobre o qual repousa uma ideia nacional”. Varnhagen,

que passou a trabalhar como sócio correspondente do Instituto a partir 1840 e chegou mesmo ao cargo de primeiro-secretário, em 1851, escreveu:

[...] convém que todos estejamos persuadidos que o nosso passado, o actual império mesmo, interessará tanto mais às outras nações civilizadas e instruídas quanto mais longe pudermos fazer remontar, não as fontes da nossa história, mas os mythos dos seus tempos heroicos. (VARNHAGEN, 1849, p. 370)

Todavia, não precisaria estar necessariamente morto para que um ilustre fosse alçado à posição de “superior”. Um Augusto, por exemplo. Desse ponto emerge outra faceta da História ihgbiana: a da construção da imagem de D. Pedro II. Não somente de uma imagem em termos políticos, mas de um “monarca amigo das letras”, ou “Augusto Protetor das Letras Brasileiras”. O IHGB, como, inclusive, esta disposto na capa da Revista Trimestral do Instituto, fora criado “Debaixo da Immediata Protecção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”, tendo, assim, o imperador como patrono e presidente honorário.

O Imperador era presença constante nas sessões do Instituto Histórico. E sua presença se fazia sentir tanto física quanto financeiramente falando. Segundo Manoel Guimarães (1988, p. 9), apesar da maioria dos seus mais destacados membros se mostrarem preocupados em colocar o Instituto como uma instituição científico-cultural, e não oficial, ou ligado à posições político-partidárias; grande parte da verba que era usada para financiar os trabalhos de pesquisa do IHGB era proveniente do Estado Imperial. Dessa forma, a ajuda material do Estado era fundamental e decisiva para a existência material da instituição.

Michel de Certeau (1982, p. 56) explica que “[...] a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* científicas e de uma *escrita*”, se “articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, por isso, “a articulação da história com um lugar é a condição de uma análise de uma sociedade”. O lugar social de onde falavam os membros do IHGB era claro: a elite política e intelectual do Império. Num minucioso trabalho sobre o IHGB, a historiadora Lúcia Paschoal Guimarães (1995, 478-479) analisa o quadro dos sócios fundadores do Instituto, chegando a conclusões como as seguintes: entre aqueles havia um número expressivo de portugueses (oito no total de vinte e quatro); os brasileiros, em sua maioria, vinham do Rio de Janeiro⁶, capital imperial; figuravam também grandes nomes da política imperial (senadores, ministros, conselheiros de Estado). Num plano

⁶ Na lógica ihgbiana, o Rio de Janeiro, sede do IHGB, funcionaria como o centro para onde deveria se dirigir todas as informações relativas às demais províncias do Brasil. Partindo da ideia de que o Rio de Janeiro constituía o centro da civilização no Brasil, era comum se dizer que “a história da Corte é a história da nação”.

geral, salvo poucas exceções, essas pessoas pertenciam, em maior ou menor grau, aos grupos mais abastados do Império; ou cujas famílias recebiam algum tipo de benesse real.

Afirmando a integração do Instituto ao *establishment* imperial, Arno Wehling (1983, p. 11) aponta que a unidade ideológica do grupo constituinte do IHGB era suficiente para compensar a heterogeneidade das funções desempenhadas pelos mesmos: na política, no Exército, no comércio, por exemplo. O autor filia a criação do Instituto ao pensamento político regressista que estava em voga durante a década de 1830. Para Wehling, os fundadores do Instituto faziam parte do grupo político que saía em defesa da monarquia constitucional, considerada a única saída política para o Brasil. Um grupo que se opunha tanto às ideias absolutistas, quanto às liberais radicais e republicanas. A fundação do IHGB seria, então, um esforço dessa elite política moderada que temia a quebra da estabilidade social, ameaçada pelas revoltas que varreram o Império ao longo do período regencial. Um temor que seguia para além da desagregação territorial, tangenciando também o questionamento ao poder central e a questão abolicionista.

Entre bustos, brasões e cerimônias pomposas, o compromisso com a consolidação de um ideal nacional levava o IHGB a escrever a História pátria. Porém, o Instituto não se ocuparia somente em ser o reduto da História oficial, também arrogou para si a tarefa de ser a “Casa da Memória Nacional”. Diferente do que vem até aqui sendo colocado, Lúcia Guimarães (1995, p. 599) chega mesmo a afirmar que o IHGB fez uma “opção pela Memória, em detrimento da História”. Uma Memória que visava dar ao recém-independente país um passado que se adequasse às pretensões monárquicas, e que se revelasse continuador da obra portuguesa, consubstanciada tanto na língua, quanto no próprio governo ainda exercido por um Bragança. Dentro dessa continuação, a Memória organizada pelo IHGB foi construída excluindo-se todo tipo de trauma ou conflito que pudesse afetar a imagem de uma monarquia estável. E quando algum conflito era aludido nas páginas da Revista do Instituto, justificava-se a sua ocorrência à juventude e a falta de maturidade do Império.

Na retórica do Instituto, forjou-se a ideia de que todo o período colonial, e sua transição para o Império, teriam ocorrido pacificamente, e quando algum sócio oferecia um trabalho que fizesse alusão a alguma instabilidade perigosa, a comissão da Revista avaliava se era “conveniente” ou não a sua publicação. Caso chegasse a ser publicado, era possível que aparecesse com algumas “correções”. Nada que prejudicasse a qualidade e relevância do escrito, nada que fosse contra o “correto” e “aceitável”. É que determinadas coisas “comprometedoras” ficariam definitivamente melhores se fossem relegadas ao plano do

“esquecimento”. Afinal de contas, recordando Renan (1997, p. 161), “o esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação”.

Nesse sentido, utilizando a famosa pergunta de Renan “Que é uma nação?”, e concebendo a Nação como uma “comunidade imaginada”, Benedict Anderson (2008, p. 32) captura um dos traços mais característicos e importantes das narrativas nacionais analisando a dialética do “esquecimento” e da “lembrança” na qual o “dever de esquecer” os massacres antigos é alçado à condição de obrigação cívica. Anderson mostra como a História Nacional fabrica a “lembrança” de eventos ocorridos há séculos que, contudo, “devem” ser “esquecidos” pelos cidadãos. Desse modo, a narrativa nacional é a história da realização de uma unidade que sempre existiu virtualmente, e a “comunidade imaginada” percorre uma trajetória de sobressaltos, pontuada pela tragédia e pela glória, até alcançar a plenitude política: o Estado contemporâneo. Portanto,

A investigação da narrativa nacional é um empreendimento de “arqueologia” da memória fabricada. Os “construtores do Brasil” não estavam limitados pelas regras do discurso científico. [...], Martius, Varnhagen [...] não estavam, primordialmente, fazendo crítica literária, história natural, história ou geografia – eles estavam “inventando” a nação. (MAGNOLI, 2001, p. 142)

Anderson (2008, p. 32) define a Nação como “[...] uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”, isto é, a Nação é uma comunidade limitada, soberana e, sobretudo, imaginada. *Limitada* porque por maior que ela seja sempre haverá fronteiras finitas; *soberana* porque o surgimento do nacionalismo estaria relacionado ao declínio dos sistemas tradicionais de governabilidade (Monarquia, na Europa, ou administração colonial na Ásia e Américas) e à construção de uma nacionalidade baseada na identificação étnica, racial e/ou cultural. Esta identificação possuiria um projeto comunitário de união baseada nas diferenças de um povo para o outro.

A soberania nacional, deste modo, é um símbolo da liberdade frente às estruturas de dominação antigas, gerando novas estruturas de dominação, como a administração estatal, a divisão intelectual do trabalho (administradores, burocratas, professores universitários, etc.), o capitalismo editorial e o surgimento de práticas de controle estatal (censo para a população, mapas para o território e museus para a cultura legítima). Finalmente, a Nação é uma comunidade *imaginada*, porque seus indivíduos, mesmo nunca conhecendo integralmente uns aos outros, compartilham signos e símbolos comuns que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário.

Em linhas gerais, independente da preponderância da História ou da Memória, pode-se inferir que ao construir a História, a partir da “intelligentsia” e debaixo da pretensa imparcialidade do historiador, o IHGB acabou edificando a Memória Nacional que, como a História, foi construída segundo interesses políticos específicos. E o esforço teria o Augusto reconhecimento. Na Sessão de inauguração das novas instalações do Instituto, em 15 de dezembro de 1849, Sua Majestade D. Pedro II proferiu que “ardua é a tarefa que emprehendestes, Srs, mas, por meio de vossa constancia, alcançareis a palma da victoria, e as recompensas devidas aos amigos das letras [...]”. Então, com a proteção imperial, o tribunal da posteridade e seus guardiões “concorrendo todos unidos para tão nobre, util, e já difficil empreza, (seriam responsáveis por erigir) um padrão de gloria à civilização da nossa patria” (IHGB, 1849, p. 552); uma Nação civilizada nos trópicos.

Juntas, as partes formam o todo... A narrativa nacional escrita pelo sujeito nacional, o brasileiro, face à heterogeneidade da Nação

Conforme já foi aqui aludido, a escrita da narrativa nacional perpassava pela existência de toda uma estrutura social que ia além das paredes do IHGB. Para efetivá-la, muitos projetos foram criados; um deles, o de von Martius, mencionado no tópico anterior, se tornou dos mais influentes para as propostas que se seguiram.

“Valiosa autoridade em assuntos brasileiros”, Martius (1845, p. 382-385) defendeu no famoso “Como se deve escrever a História do Brasil” que, das relações entre as três raças, branca, indígena e negra, surgiu a população brasileira; fato que imprimiu em sua história um “cunho muito particular”. A “vontade da Providencia” e o “genio da historia” predestinaram o Brasil a esta mescla, buscando alcançar “os mais sublimes fins na ordem do mundo” através do cruzamento das raças; e, apesar de ter reconhecido a contribuição de ambas na construção da história por meio do que denomina “lei particular das forças diagonaes”, a qual não explica; Martius apresentou o português, “descobridor, conquistador e Senhor”, como o “mais poderoso e essencial motor” no desenvolvimento da Nação. Ressalta, entretanto, que, por conta dos “principios da historiographia-pragmatica” que devem ser seguidos, seria um erro desprezar as forças indígena e negra que ajudaram igualmente para o desenvolvimento físico, moral e civil da população. Porém, em seguida, classifica tais raças como inferiores e conclui

“prevendo” que “o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica”.

Aparentemente, poderia dar a entender que o projeto de miscigenação para a formação do povo brasileiro proposto por Martius seguia na direção oposta às aspirações de uma elite que se dizia pertencente a um elevado grau de civilização herdada da tradição portuguesa. Contudo, ao afirmar que *o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica*; o naturalista bávaro traduz em seu trabalho uma proposta de constituição de uma sociedade essencialmente branca, e, portanto, condizente com o projeto em curso na mentalidade da época.

Além do mais, para Martius (1845, p. 384), a aceitação dessas “raças inferiores” na constituição nacional era uma mostra de filantropia do Estado brasileiro, visto que em outras Nações, como os Estados Unidos, por exemplo, tais grupos eram totalmente excluídos. Para a construção da narrativa nacional visando a integração das três raças, o autor destaca a importância de um profissional em particular: o historiador. Assim expõe que:

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brazil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de tres raças humanas, que n’esse paiz são collocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na historia antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim. (MARTIUS, 1845, p. 384)

Cabia ao *historiador reflexivo* brasileiro materializar essa História de forma a incorporar elementos característicos de uma Nação. Seguindo essa premissa, como deveria ser o historiador brasileiro? Em primeiro lugar, deveria ser brasileiro. A razão vem de que, até então, as únicas obras sobre a História do Brasil haviam sido escritas por estrangeiros. E mesmo ressaltando a importância dos trabalhos feitos por portugueses; quem melhor para escrever a História do Brasil senão um brasileiro? Januário da Cunha Barbosa (BARBOZA, 1839, p. 12) já reconhecia em 1839 que:

Nos tempos da passada monarchia os escriptos brasileiros, que assim então se publicavam, punham a gloria de seus autores em communhão com a dos Portuguezes; e como por tantas difficuldades eram em muitos menor numero, ficavam absorvidos pelo credito litterario da metropole, que bem pouco reflectia sobre o Brazil.

Assim, era necessário se fazer uma História do Brasil, de forma que os escritos não mais ficassem *absorvidos pelo credito litterario da metropole*, com pouca reflexão sobre o Brasil, como ainda acontecia naquele momento.

Munidos de um bom potencial arquivístico para a realização da pesquisa documental, e da necessária imparcialidade no trato com as fontes; o historiador nacional estaria apto a desenvolver seu *métier*, conforme o compromisso selado com a ação política, e obedecendo as seguintes etapas sintetizadas por Nilo Odália (ODÁLIA, 1997, p. 38):

[...] em primeiro lugar (deve), colaborar na administração do Estado, por meio de levantamento histórico de dados que lhe possam ser úteis; em segundo, favorecer a unidade nacional; e, em terceiro, [...] fomentar e “exaltar” o patriotismo, enobrecendo o espírito público.

Não bastava apenas escrever a História pátria, era preciso narrá-la de modo a incitar *patriotismo*, *exaltar* os sentimentos nacionalistas que por ventura estivessem latentes no *espírito público*. A tarefa do historiador encontrava-se intrínseca e irremediavelmente ligada à construção da Nação brasileira; de um passado comum e de um modelo de futuro.

O outro aspecto tem a ver com a população. Em termos de século XIX, Nação pressupunha unidade. Em termos de Brasil no século XIX, população equacionava com heterogeneidade. Em primeira instância, era necessário que se traçasse uma origem para o povo brasileiro, e nesse intento algumas ideias se mostraram tão originais, quanto curiosas. Na busca pela fundamentação das raízes nacionais, buscou-se explicar e demonstrar que houve uma “idade do ouro” dos nativos brasileiros, uma monumental civilização indígena como se observou em outros países da América Latina, como os Incas no Peru, por exemplo. Tal “idade do ouro”, no entanto, acabou, e os índios que o país habitava quando da chegada dos portugueses faziam parte de uma “geração decadente”.

Na expressão de Martius (1845, p. 385), os índios de então constituíam uma “ruína de povos”, degradados civis e morais, não passando de um “residuum de uma muito antiga, posto que perdida historia”. Era essa história perdida que o IHGB queria resgatar. Para tamanho esforço de pesquisa histórica e arqueológica, a agremiação carioca contou com trabalhos de pesquisadores oriundos de outros centros de estudos históricos da Europa. O IHGB não restringiria suas ligações somente ao Instituto Histórico de Paris, seu modelo inspirador; relacionou-se também por alguns anos com uma instituição congênera, a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, sediada em Copenhague, Dinamarca.

As luzes europeias incidiram sobre as teorias da origem dos autóctones brasileiros. Sob seu reflexo, trabalhos foram desenvolvidos e expedições aos mais remotos cantos do país foram financiadas pelo Instituto Histórico. Na trilha da suposta “era de ouro” muitas possibilidades surgiram, dentre elas estavam estudos sobre as inscrições na Pedra da Gávea, Rio de Janeiro. Para o IHGB, tais inscrições eram testemunhas da presença dos fenícios no território do Brasil. Essa tentativa de explicação acabou não se concretizando, pois ficou esclarecido que se tratava apenas de marcas produzidas pela ação do tempo. E seguiram-se as conjecturações. Foi mesmo proposto pelo mineralogista alemão Dr. Roque Schüch que, se os povos do Norte haviam chegado à costa leste dos Estados Unidos, poderiam também ter adentrado o litoral brasileiro. A antiguidade do Brasil teria uma marca viking. Inclusive, Schüch dizia encontrar evidências dessa herança na semelhança entre o dualismo dos índios manaus do Pará, e o dos habitantes da antiga Escandinávia (GUIMARÃES, 1995, 523-524).

E não pararam por aí. Em carta datada de 1º de abril de 1849, Varnhagen (1849, p. 371-372) informava ao secretário do IHGB, Manoel Ferreira Lagos, sobre os indícios do que concebia como possíveis vestígios dessa passada civilização nativa. As “ita-oca”, ou “casas de pedra”, parecia-lhe “monumentos druidicos” da Europa, embora sua observação tenha sido frustrada, posto que seu guia, durante a viagem, “se ria” ao constatar o seu engano. Os “monumentos” não eram mais que “umas pedras que assim estavam por acaso”. O Senhor Visconde continua, discorre sobre os sambaquis encontrados no litoral, e confessa:

não deixar de ter fé e fé viva de que um dia o acaso fará descobrir n’alguns pontos da vasta extensão do Brazil alguns monumentos de outra geração anterior, e mais civilizada que a raça degenerada, pela maior parte botocuda e cannibal. (VARNHAGEN, 1849, p. 371-372)

Concluindo seu raciocínio, Varnhagen (1849, p. 371-372) questiona “quem nos diz que no nosso territorio, onde a vegetação é tão feraz, arvores seculares [...], espessos matos virgens [...], não cobrem hoje esses monumentos, que na Bolivia estavam patentes?”. Acreditava-se que os índios do passado fizeram parte de uma geração civilizada. Uma cultura que, entretanto, já não mais existia, tendo sucumbido a uma *raça degenerada e cannibal*.

A “criação” do sujeito nacional era, assim, imprescindível para a constituição da Nação, e para a escrita da História Nacional. Quanto a isso Odália (1997, p. 50) salienta que a

Unidade territorial e unidade racial se integram e se confundem na mística de que só uma nação unitária tem condições de sobreviver. Não existem

espaços para que se manifestem livremente os elementos heterogêneos, raciais ou políticos, sociais ou econômicos, originários do período colonial. A nação é compreendida como um bloco monolítico, onde qualquer voz discordante é um perigo e uma ameaça a serem extirpados.

Desse modo, os “opúsculos saídos da pena” dos historiadores ihgbianos buscavam demonstrar um passado coerente e uma Nação monolítica. As partes (províncias), unidas, constituiriam o todo (Nação); todo esse que Varnhagen defendeu no Memorial Orgânico ao postular que a partir da organização administrativa do Império do Brasil em termos de território e população; seria possível a constituição de uma Nação compacta, com uma identidade própria, circunscrita num espaço territorial definido e ocupado de forma regular e homogênea; visando o combate ao “provincialismo”, mal que, segundo ele, impedia a difusão do sentimento nacional de pertencer a um Estado-Nação. Só dessa maneira “o Império imporá ao estrangeiro como uma nação verdadeiramente independente” (VARNHAGEN, 1851. p. 358).

A consciência “nacional” só viria, então, pela integração das províncias; o que se tornou uma imposição da nova Corte instalada/ “interiorizada” no Rio de Janeiro; e que conforme salienta Maria Odila Dias (2005, p. 43), foi possivelmente uma das principais forças políticas que modelaram o Império: “a vontade de constituir e de sobreviver como nação civilizada européia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia”⁷.

Se o discurso sobre a origem dos autóctones brasileiros poderia ser interpretado como um subsídio para a legitimação do discurso civilizatório, e se não ficou comprovada nenhuma das teorias levantadas, fato é que os “textos de fundação” não serviram apenas ao propósito de escrever a História do “ponto de vista nacional”, mas também a organizou de forma a “assegurar a verdade do narrado”, e a fundar “uma nova comunidade política, agora pensada sob a forma de uma nação” (GUIMARÃES, 2002, p. 395).

Transformar Estados em Nações era uma preocupação inerente ao século XIX. “Inventar” a Nação brasileira no Oitocentos implicava no compromisso de inserir o Império do Brasil num contexto de modernidade e civilização, desenvolvendo uma identidade nacional de forma ao Império finalmente adquirir o status de Nação moderna ao passar a integrar o conjunto das Nações civilizadas, tanto com relação aos vizinhos sul-americanos, quanto frente às potências europeias da época.

⁷ Nessa obra, Maria Odila Dias defende que o processo de separação política do Brasil com relação a Portugal se iniciou já em 1808 quando a Família Real se transferiu para o Rio de Janeiro, fazendo dessa cidade a sede da nova Corte. A gênese do que chama de “interiorização da metrópole” no Centro-Sul da Colônia.

Todos esses eram pressupostos essenciais para a escrita da História e Memória da Terra de Santa Cruz idealizada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma História que seria escrita nos círculos restritos da elite imperial e que se relacionava a um determinado projeto político perpetrado por uma elite dirigente comprometida com o desenvolvimento da jovem Nação brasileira e que com isso, e por isso, passou a constituir a História que se tornou oficial.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOZA, Januário da Cunha; MATTOS, Raimundo José da Cunha. Proposta de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aos Illmos Srs. do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. **RIHGB**, TOMO I, 1839.
- BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, TOMO I, 1839.
- BASILE, Marcelo Otávio. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**: 1831-1889. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 55-119.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Verbetes Nação e nacionalismo. In: **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHÂTELET, François (et al). O Estado-Nação. In: **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Falameda, 2005.
- LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999.
- GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, n. 388, jul./set. 1995, p. 469-613.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- _____. **Uma história da história nacional**: textos de fundação. Disponível em: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br>. Acesso em: 20 mar. 2013.

- HOBBSAWM, Eric. A construção das nações. In: **A Era do Capital (1848-1875)**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 127-128.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IHGB. Discurso do Imperador D. Pedro II. **RIHGB**, n.16, out./dez. 1849. p. 552.
- KHALED JR., Salah H. **Horizontes identitários**: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. **REVISTA USP**, São Paulo, n.49, p. 134-142, março/maio 2001.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.
- ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Artigo do orador publicado na Revista Guanabara a respeito da Sessão de 15 de dezembro de 1849. **RIHGB**, n. 13, jan./mar. 1849.
- _____. Discurso do orador do Instituto. **RIHGB**, TOMO 11, 1848.
- RENAN, Ernest. Que é uma nação? Tradução de Samuel Titan Jr. **Plural**, Sociologia, USP, São Paulo, 4,154 – 175, 1. sem, 1997.
- SIQUEIRA, Antonio Jorge. Nação e Região: os discursos fundadores. **Cadernos de Estudos Históricos**, Recife, v. 19, nº 2, p. 247-268, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fundarj.gov.br/observatorionordeste/obte025.pdf>>. Acesso em: 17/01/2013.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta dirigida ao 1º Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, n. 15, jul./set. 1849.
- _____. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **RIHGB**, TOMO III, nº 9, p. 53-63, 1841.
- _____. **Memorial Orgânico**. Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849.
- _____. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851.
- WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, n. 338, p. 7-16, jan./mar. 1983.
- _____. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Recebido em: 16 de maio de 2017.

Aprovado em: 05 de outubro de 2017.